



**CÂMARA MUNICIPAL DE ICONHA -ES**  
**PODER LEGISLATIVO**

## **RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO**

**Emitente:** Unidade Executora do Controle Interno.

**Unidade Gestora:** Câmara Municipal de Iconha/ES.

**Gestor responsável:** Ediana Carla Curitiba – Vereadora – Presidente.

RELACI - Exercício 2022.

### **1. INTRODUÇÃO**

A Unidade de Controle Interno da Câmara Municipal de Iconha no exercício de 2022 realizou procedimentos de controle, que tem como missão garantir, mediante ações preventivas de orientação, fiscalização e avaliação de resultados, visando princípios fundamentais da Administração Pública, e ainda, pautando-se pela ética e transparência, com o objetivo de exercer o controle interno garantindo o cumprimento das normas quanto à legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, bem como, consolidar a transparência e o controle a gestão. Por se tratar de um instrumento de transparência e prestação de contas, destacamos a seguir as principais atividades desenvolvidas pela Câmara Municipal de Iconha/ES no ano de 2022.

### **2. AUDITORIAS E OUTROS PROCEDIMENTOS REALIZADOS**

Nesse intuito, foram analisados os pontos constantes da IN 68 de 2020 e suas alterações:

#### **Dos pontos de controle:**

<b>1.</b>	<b>Itens de abordagem prioritária.</b>					
<b>1.1.</b>	<b>Gestão fiscal, financeira e orçamentária.</b>					
<b>Código</b>	<b>Objeto/Ponto de controle</b>	<b>Processos Administrativos analisados</b>	<b>Base legal</b>	<b>Procedimento</b>	<b>Universo do Ponto de Controle</b>	<b>Amostra Selecionada</b>
1.1.2	Despesa – realização sem prévio empenho	De Dispensa – inexigibilidade.	Lei 4.320/64, art. 60	Verificação documental.	43 (proc.)	13 (proc.) nº 007/2022 008/2022 009/2022 034/2022 013/2022 015/2022 026/2022 029/2022 031/2022 034/2022 064/2022 075/2022 389/2022



**CÂMARA MUNICIPAL DE ICONHA -ES**  
**PODER LEGISLATIVO**

<b>1.2. Gestão Previdenciária</b>						
<b>Código</b>	<b>Objeto/Ponto de controle</b>	<b>Processos Administrativos analisados</b>	<b>Base legal</b>	<b>Procedimento</b>	<b>Universo do Ponto de Controle</b>	<b>Amostra Selecionada</b>
1.2.1	Registro por competência – despesas previdenciárias patronais	Relatórios	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9.717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local Regime de competência	Verificação documental.	12 (meses)	12 (meses)
1.2.2	Pagamento das obrigações previdenciárias - parte patronal	Relatórios	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9.717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local Regime de competência	Verificação documental.	12 (meses)	12 (meses)
1.2.3	Registro por competência – multas e juros por atraso de pagamento	Relatórios	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9.717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local Regime de competência	Verificação documental.	12 (meses)	12 (meses)
1.2.4	Retenção/Repass e das contribuições previdenciárias- parte servidor	Relatórios	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9.717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local	Verificação documental.	12 (meses)	12 (meses)

<b>1.3. Gestão patrimonial.</b>						
1.3.1	Bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis – registro contábil compatibilidade com inventário.	Relatórios e almoxarifado	CRFB/88, art. 37, caput c/c Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Verificação documental	12 (meses)	12 (meses)
1.3.2	Bens móveis, imóveis e intangíveis – Registro e controle	Lei 4.320/1964, art. 94.	Auditoria Governamental de conformidade	Verificação documental	12 (meses)	12 (meses)
1.3.3	Disponibilidades financeiras – depósito e aplicação.	Consulta bancária	LC 101/2000, art. 43 c/c § 3º, do artigo 164 da CRFB/88.	Verificação documental.	01 (Instituições Financeiras)	01 (Instituições Financeiras): <b>Banestes</b>
1.3.4	Disponibilidades financeiras – depósito e aplicação	Demonstrativos	Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Verificação documental.	12(meses)	12 (meses)

<b>1.4. Limites Constitucionais e Legais.</b>						
<b>Código</b>	<b>Objeto/Ponto de controle</b>	<b>Processos Administrativos analisados</b>	<b>Base legal</b>	<b>Procedimento</b>	<b>Universo do Ponto de Controle</b>	<b>Amostra Selecionada</b>



**CÂMARA MUNICIPAL DE ICONHA -ES**  
**PODER LEGISLATIVO**

1.4.7	Despesas com pessoal – limite	Relatório	LC 101/2000, arts. 19 e 20.	Verificação documental.	12 (meses)	12 (meses)
1.4.8	Despesas com pessoal – descumprimento de limites – nulidade do ato	Relatório	LC 101/2000, art. 21.	Verificação documental.	12 (meses)	12 (meses)
1.4.9	Despesas com pessoal – aumento despesas nos últimos 180 dias do fim de mandato – nulidade o ato	Relatório	LC 101/2000, art. 21, Parágrafo único.	Verificação documental	12 (meses)	12 (meses)
1.4.10	Despesas com pessoal – limite prudencial – vedações	Relatório	LC 101/2000, art. 22, parágrafo único.	Verificação documental.	12 (meses)	12 (meses)
1.4.11	Despesas com pessoal – extrapolação do limite – providências / medidas de contenção	Relatório	LC 101/2000, art. 23 c/c CRFB/88, art. 169, §§ 3º e 4º.	Verificação documental.	12 (meses)	12 (meses)
1.4.13	Poder Legislativo Municipal – despesa com folha de pagamento	Relatório	CRFB/88, art. 29-A, § 1º.	Verificação documental.	12 (meses)	12 (meses)
1.4.17	Despesas com pessoal – subsídio dos vereadores – fixação	Norma municipal	CRFB/88, art. 29, inciso VI.	Verificação documental.	12 (meses)	12 (meses)
1.4.18	Despesas com pessoal – subsídio dos vereadores – pagamento	Norma municipal	CRFB/88, art. 29, inciso VI.	Verificação documental.	12 (meses)	12 (meses)
1.4.19	Despesas com pessoal – remuneração vereadores	Relatório	CRFB/88, art. 29, inciso VII.	Verificação documental.	12 (meses)	12 (meses)
1.4.20	Poder Legislativo Municipal – despesa total	Relatórios	CRFB/88, art. 29-A.	Verificação documental.	12 (meses)	12 (meses)

<b>1.5</b>	<b>Demais atos de gestão.</b>					
<b>Código</b>	<b>Objeto/Ponto de controle</b>	<b>Processos Administrativos analisados</b>	<b>Base legal</b>	<b>Procedimento</b>	<b>Universo do Ponto de Controle</b>	<b>Amostra Seleccionada</b>
1.5.1	Documentos integrantes da PCA – compatibilidade com o normativo do TCE	PCA	IN regulamentadora da remessa de prestação de contas.	Verificação documental.	01	01



**CÂMARA MUNICIPAL DE ICONHA -ES**  
**PODER LEGISLATIVO**

<b>2.</b>	<b>Itens de abordagem complementar.</b>					
<b>2.2.</b>	<b>Gestão fiscal, financeira e orçamentária.</b>					
<b>Código</b>	<b>Objeto/Ponto de controle</b>	<b>Processos Administrativos analisados</b>	<b>Base legal</b>	<b>Procedimento</b>	<b>Universo do Ponto de Controle</b>	<b>Amostra Selecionada</b>
2.2.29	Déficit orçamentário – Medidas de contenção	Exercício	LC 101/2000, art. 9º.	Verificação documental.	12 (meses)	12 (meses)
2.2.28	Pagamento de passivos – ordem cronológica das exigibilidades	Relatórios	Lei 8.666/1993, arts. 5º e 92, c/c CRFB/88, art. 37.	Análise documental e operacional	12 (meses)	12 (meses)
2.2.31	Despesa – liquidação	Licitação, Dispensa e inexigibilidade	Lei 4.320/1964, art. 63.	Verificação documental.	43 (processos)	13 (proc.) nº 007/2022 008/2022 009/2022 034/2022 013/2022 015/2022 026/2022 029/2022 031/2022 034/2022 064/2022 075/2022 389/2022
2.2.32	Pagamento de Despesas sem regular liquidação	Licitação Dispensa e inexigibilidade	Lei 4.320/1964, art. 62.	Verificação documental.	43 (processos)	13 (proc.) nº 007/2022 008/2022 009/2022 034/2022 013/2022 015/2022 026/2022 029/2022 031/2022 034/2022 064/2022 075/2022 389/2022



**CÂMARA MUNICIPAL DE ICONHA -ES**  
**PODER LEGISLATIVO**

<b>2.5 Gestão Previdenciária.</b>						
<b>Código</b>	<b>Objeto/Ponto de controle</b>	<b>Processos Administrativos analisados</b>	<b>Base legal</b>	<b>Procedimento</b>	<b>Universo do Ponto de Controle</b>	<b>Amostra Selecionada</b>
2.5.1	Retenção de impostos, contribuições sociais e previdenciárias.	Relatórios	LC 116/2003, art. 6º/ Decreto Federal nº 3.000/1999. Lei 8.212/1991. Lei Local.	Verificação documental.	12(meses)	12(meses)
2.5.22	Contabilização da amortização do déficit atuarial	Relatórios	MCASP e Portarias MPS 403/2008, art. 17	Verificação documental.	12(meses)	12(meses)
2.5.37	Registro de Admissões	Relatório	CF/88, art. 71, III e IN TC nº 38/2016	Verificação documental.	12 (meses)	12 (meses)

<b>2.6 Demais atos de Gestão.</b>						
<b>Código</b>	<b>Objeto/Ponto de controle</b>	<b>Processos Administrativos analisados</b>	<b>Base legal</b>	<b>Procedimento</b>	<b>Universo do Ponto de Controle</b>	<b>Amostra Selecionada</b>
2.6.1	Pessoal – Função de confiança e cargos de comissão	Relatórios	CFFB/88,art. 37, inciso V.	Verificação documental.	12 (meses)	12 (meses)
2.6.3	Pessoal – contratação por tempo determinado	Relatório	CF/88, art. 37, inciso IX.	Verificação documental.	12 (meses)	12 (meses)
2.6.4	Pessoal – teto	Relatório	CRFB/88, art. 37, inciso XI.	Verificação documental.	12(meses)	12 (meses)
2.6.6	Dispensa e inexistência de licitação.	Licitação, Dispensa e inexistência	Lei 8.666/93, arts. 24, 25 e 26	Verificação documental.	43 (processos)	13 (proc.) nº 007/2022 008/2022 009/2022 034/2022 013/2022 015/2022 026/2022 029/2022 031/2022 034/2022 064/2022 075/2022 389/2022

### **3. LIMITES COM FOLHA DE PAGAMENTO E DESPESAS COM PESSOAL**

Universo: Despesa Folha de Pagamento: R\$ 1.566.052,44

Despesa Obrigação Patronal: R\$ 315.699,11

Objeto: Ao final de cada quadrimestre/2022, verificou-se o cumprimento dos limites



**CÂMARA MUNICIPAL DE ICONHA -ES  
PODER LEGISLATIVO**

estabelecidos pela CF/88 (artigos 29 e 29-A, 1º) e pela LRF (artigos 18, 19, 20 e 22), nos termos dos pontos da tabela referencial acima referidos. Correspondendo aos Itens da tabela referencial nº: 1.4.7; 1.4.9; 1.4.10; 1.4.11; 1.4.13; 1.4.17; 1.4.18; 1.4.19; 1.4.20. Resultado: Nenhum achado identificado conforme metodologia e matriz de planejamento

### **3.1 PROCESSOS DE PAGAMENTO**

**Universo:** 33 Dispensas, 1 pregão presencial e 10 inexigibilidades sendo um total de 44 processos de pagamento perfazendo-se um montante de: R\$ R\$ 245.207,24

**Amostragem:** 13 processos de pagamento - R\$ 164.344,48

**Período:** Verificação mensal. Verificados os 12 meses de 2022.

**Objeto:** Verificação das despesas acerca da presença de prévio empenho, liquidações segundo requisitos legais, com a devida comprovação de fornecimento ou comprovação do efetivo recolhimento no caso de tributos/contribuições, com devido respeito ao Princípio da Segregação de Funções, tudo em conformidade com os lançamentos nos extratos bancários, conforme amostragens, matriz de planejamento e metodologia constantes dos relatórios de auditoria.

Correspondendo aos Itens da tabela referencial 08 nº: 1.1.2; 2.2.31; 2.2.32 e 2.6.6.

**Resultado:** Nenhum achado identificado conforme amostragem, metodologia e matriz de planejamento.

### **3.2 GESTÃO PREVIDENCIÁRIA**

**Universo:** Valor das Contribuições Patronais liquidadas: R\$ 313.242,77

**Valor das Contribuições Segurado e terceiros:** R\$ 2.456,34

**Valor de Aportes liquidados:** R\$ 158.732,82

**Total:** R\$ 474.431,93

**Amostragem:** R\$ 142.329,57 (inclusive aportes).

Correspondendo aos Itens da tabela referencial nº: 1.2.1; 1.2.2; 1.2.3; 1.2.4; 1.2.5; 2.5.5; 2.5.22; 2.5.37.

Foi verificado 30% do valor total das despesas com obrigações previdenciárias, decorrente dos encargos patronais da entidade referentes às alíquotas normais e suplementares, observando o regime de competência. As despesas previdenciárias patronais (RPPS e RGPS) foram registradas observando o regime de competência.



**CÂMARA MUNICIPAL DE ICONHA -ES**  
**PODER LEGISLATIVO**

**Objeto:** Verificar a existência de guia de recolhimento para as contribuições previdenciárias. Verificar se os registros contábeis orçamentários e patrimoniais das despesas com obrigações previdenciárias ao RPPS e ao RGPS estão obedecendo o regime de competência. Verificar se os pagamentos das obrigações previdenciárias estão sendo realizados de forma tempestiva. Verificar se houve registro por competência das despesas orçamentárias e das Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) com multas e juros decorrentes do atraso no Pagamento das Obrigações previdenciárias. Verificar a existência de autorização legislativa para os acordos de parcelamentos previdenciários existentes. Verificar se os parcelamentos de débitos previdenciários estão registrados como passivo da entidade; e sendo registrados como ativo a receber no RPPS. Verificar se o saldo dos parcelamentos previdenciários estão sendo corrigidos mensalmente, por índice oficial e registrado como passivo no ente devedor e como ativo no RPPS. Verificar se estão sendo registrados mensalmente os juros incidentes sobre o saldo devedor no ente devedor e como ativo no RPPS. Verificar se as parcelas estão sendo pagas tempestivamente. Verificar se os pagamentos das despesas com amortizações do aporte atuarial do RPPS (APORTE) estão sendo realizados tempestivamente; Verificar se houve a correta contabilização dos repasses das amortizações do déficit ao RPPS (Aporte) na CMCI. Verificar se houve o reconhecimento da Receita pelo RPPS em conta específica do plano de Contas. Correspondendo aos Itens da tabela referencial nº: 1.2.1; 1.2.2; 1.2.3; 1.2.4; 1.2.5; 2.5.5; 2.5.22; 2.5.37.

**Resultado:** Nenhum achado identificado conforme amostragem, metodologia e matriz de planejamento.

### **3.3 TETO REMUNERATÓRIO**

**Universo:** Despesa Folha de Pagamento: R\$ 1.566.052,44

Despesa Obrigação Patronal: R\$ 315.699,11

**Objeto:** Ao final de cada quadrimestre/2022, verificou-se o cumprimento dos limites estabelecidos pela CF/88 (artigos 29 e 29-A, 1º) e pela LRF (artigos 18, 19, 20 e 22), nos termos dos pontos da tabela referencial acima referidos. Correspondendo aos Itens da tabela referencial nº: 1.4.7; 1.4.9; 1.4.10; 1.4.11; 1.4.13; 1.4.17; 1.4.18; 1.4.19; 1.4.20.

**Resultado:** Nenhum achado identificado conforme metodologia e matriz de planejamento.

### **3.6 PROCESSOS DE LICITAÇÃO**

**Universo:** 1



**CÂMARA MUNICIPAL DE ICONHA -ES  
PODER LEGISLATIVO**

---

**Amostragem:** 1 (processo nº 064/2022)

**Resultado:** Nenhum achado identificado conforme amostragem.

### **3.4 PATRIMÔNIO**

**Universo bens móveis:** R\$ 285.145,17

**Universo bens imóveis:** R\$ 735.524,33

**Correspondendo aos Itens da tabela referencial nº:** 1.3.1 e 1.3.2.

**Objeto:** O presente trabalho envolveu a verificação da descrição analítica dos bens móveis, imóveis e intangíveis da Câmara Municipal de Iconha nos registros patrimoniais, com a finalidade de verificar se as informações encontradas são as necessárias e suficientes para sua caracterização, identificação, valor atualizado e localização. Envolveu ainda a análise das demonstrações contábeis quanto à evidenciação desses bens em relação aos inventários, inclusive com as variações em virtude da depreciação e reavaliação, bem como a verificação da existência de Ato que indique o(s) responsável(eis) pela guarda e administração dos bens patrimoniais. Correspondendo aos Itens da tabela referencial: 1.3.1 e 1.3.2.

### **3.5 TRANSPARÊNCIA**

**Universo:** Verificação realizada com base nos itens do Apêndice 00031/2020-1, do Relatório de Levantamento TCEES 00001/2021-9, Processo TC 04847/2020-7.

**Amostragem:** Todos os itens especificados na Tabela do Apêndice 00031/2020-1.

**Período analisado:** Transparência Ativa: 26/10/2020 e 02/04/2021.

**Objeto:** O presente trabalho foi realizado com base nas informações disponibilizadas para o público em geral ao tempo das verificações, na página da Câmara na Internet.

**Resultado:** Achados e respectivas recomendações estão relacionados na Tabela do Apêndice 00031/2020-1. Achados cuja regularização está em andamento.

## **4. TOMADA DE CONTAS ESPECIAIS (TCE) E PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS INSTAURADOS:**

Não foram contatadas ocorrências outras quaisquer suficientes para ensejar procedimento de Tomada de Contas Especiais (TCE) ou mesmo Procedimento Administrativo disciplinar (PAD).

## **5. FATO RELEVANTE INFORMADO NO INFOCI: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE**





**CÂMARA MUNICIPAL DE ICONHA -ES  
PODER LEGISLATIVO**

---

**REPRESENTAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE:**

Foi instaurando procedimento administrativo de representação de inconstitucionalidade das Leis Municipais nº 1.321 e 1.323 de 2023 de iniciativa da Promotoria Municipal de Iconha.

Nº Processo administrativo da Câmara Municipal de Iconha: Projeto de Lei nº 036/2022

Nº GAMPES: 2023.0004.0116-40.

O processo encontra-se em curso.

**6. RECOMENDAÇÃO DO ACÓRDÃO 01499/2022-9 - 2ª Câmara REFERENTE A PCA DE 2021 – MEDIDAS:**

Considerando o julgamento da prestação de contas do ano 2021, conforme acórdão o 01499/2022-9 - 2ª Câmara, informo que as contas foram julgadas devidamente REGULARES, porém, sem prejuízo do julgamento regular da prestação de contas, foi orientado por meio de RECOMENDAÇÃO o que segue:

1.2. RECOMENDAR ao atual gestor do Poder Legislativo Municipal para que:

1.2.1. Observe e realize o reconhecimento, mensuração e evidenciação da despesa de depreciação, exaustão ou amortização dos bens do ativo imobilizado, por competência, mês a mês (IN 36/2016 e NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL).

Tendo em vista tal recomendação, informo que foi emitido por este setor de Controle Interno orientação técnica nº 02/2023/UCCI com o fim de dar ciência à Presidência, bem como, aos setores responsáveis pela regularização recomendada.

De acordo com a recomendação, o setor de Patrimônio respondeu o seguinte:

*“Informo que foi feito contato com a empresa responsável pelo sistema para configuração do procedimento de lançamentos da depreciação de bens imóveis e que a partir de janeiro/2023 os relatórios já estarão sendo enviados a contabilidade”.*

Ato contínuo, a contabilidade tomou ciência da demanda e informou que:

*“(...) as medidas já foram tomadas conforme explicado acima pelo setor*



**CÂMARA MUNICIPAL DE ICONHA -ES  
PODER LEGISLATIVO**

---

*de Patrimônio.”*

Portanto, informo que a regularização da recomendação feita, foi devidamente providenciada pelos setores responsáveis conforme citado acima.

## **7. ATRIBUIÇÕES E AÇÕES DESENVOLVIDAS**

### **7.1. Atribuições e Responsabilidades**

Segundo o art. 5º da Lei Municipal nº 754/2013, são responsabilidades da Unidade Central de Controle Interno referida no artigo 7º, além daquelas dispostas nos art. 74 da Constituição Federal e art. 76 da Constituição Estadual, também as seguintes:

- I. Coordenar as atividades relacionadas com o Sistema de Controle Interno da Prefeitura Municipal, abrangendo as administrações Direta e Indireta, promover a integração operacional e orientar a elaboração dos atos normativos sobre procedimentos de controle;
- II. Apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional, supervisionando e auxiliando as unidades executoras no relacionamento com o Tribunal de Contas do Estado, quanto ao encaminhamento de documentos e informações, atendimento às equipes técnicas, recebimento de diligências, elaboração de respostas, tramitação dos processos e apresentação dos recursos;
- III. Assessorar a administração nos aspectos relacionados com os controles interno e externo e quanto à legalidade dos atos de gestão, emitindo relatórios e pareceres sobre os mesmos;
- IV. Interpretar e pronunciar-se sobre a legislação concernente à execução orçamentária, financeira e patrimonial;
- V. Medir e avaliar a eficiência, eficácia e efetividade dos procedimentos de controle interno, através das atividades de auditoria interna a serem realizadas, mediante metodologia e programação próprias, nos diversos sistemas administrativos da Prefeitura Municipal, incluindo suas administrações Direta e Indireta, expedindo relatórios com recomendações para o aprimoramento dos controles;
- VI. Avaliar o cumprimento dos programas, objetivos e metas espelhadas no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e no Orçamento, inclusive quanto a ações descentralizadas executadas à conta de recursos oriundos dos Orçamentos Fiscal e de Investimentos;



**CÂMARA MUNICIPAL DE ICONHA -ES  
PODER LEGISLATIVO**

- 
- VII.** Exercer o acompanhamento sobre a observância dos limites constitucionais, da Lei de Responsabilidade Fiscal e os estabelecidos nos demais instrumentos legais;
- VIII.** Estabelecer mecanismos voltados a comprovar a legalidade e a legitimidade dos atos de gestão e avaliar os resultados, quanto à eficácia, eficiência e economicidade na gestão orçamentária, financeira, patrimonial e operacional nos correspondentes da Prefeitura Municipal, abrangendo as administrações Direta e Indireta, bem como, na aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;
- IX.** Exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do Ente;
- X.** Supervisionar as medidas adotadas pelos Poderes, para o retorno da despesa total com pessoal ao respectivo limite, caso necessário, nos termos dos artigos 22 e 23 da Lei de Responsabilidade Fiscal;
- XI.** Tomar as providências, conforme o disposto no art. 31 da Lei de Responsabilidade Fiscal, para recondução dos montantes das dívidas consolidada e mobiliária aos respectivos limites;
- XII.** Aferir a destinação dos recursos obtidos com a alienação de ativos, tendo em vista as restrições constitucionais e as da Lei de Responsabilidade Fiscal;
- XIII.** Acompanhar a divulgação dos instrumentos de transparência da gestão fiscal nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, em especial quanto ao Relatório Resumido da Execução Orçamentária e ao Relatório de Gestão Fiscal, aferindo a consistência das informações constantes de tais documentos;
- XIV.** Participar do processo de planejamento e acompanhar a elaboração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária;
- XV.** Manifestar-se, quando solicitado pela Administração, acerca da regularidade e legalidade de processos licitatórios, sua dispensa ou inexigibilidade e sobre o cumprimento e/ou legalidade de atos, contratos e outros instrumentos congêneres;
- XVI.** Propor a melhoria ou implantação de sistemas de processamento eletrônico de dados em todas as atividades da administração pública, com o objetivo de aprimorar os controles internos, agilizar as rotinas e melhorar o nível das informações;
- XVII.** Instituir e manter sistema de informações para o exercício das atividades finalísticas do Sistema de Controle Interno;
- XVIII.** Verificar os atos de admissão de pessoal, aposentadoria, reforma, revisão de proventos e pensão para posterior registro no Tribunal de Contas;
- XIX.** Manifestar através de relatórios, auditorias, inspeções, pareceres e outros



**CÂMARA MUNICIPAL DE ICONHA -ES  
PODER LEGISLATIVO**

---

pronunciamentos voltados a identificar e sanar as possíveis irregularidades;

**XX.** Alertar formalmente a autoridade administrativa competente para que instaure imediatamente a Tomada de Contas, sob pena de responsabilidade solidária, as ações destinadas a apurar os atos ou fatos inquinados de ilegais, ilegítimos ou antieconômicos que resultem em prejuízo ao erário, praticados por agentes públicos, ou quando não forem prestadas as contas ou, ainda, quando ocorrer desfalque, desvio de dinheiro, bens ou valores públicos;

**XXI.** Revisar e emitir parecer sobre os processos de Tomadas de Contas Especiais instauradas pela Prefeitura Municipal, incluindo suas administrações Direta e Indireta, determinadas pelo Tribunal de Contas do Estado;

**XXII.** Representar ao TCEES, sob pena de responsabilidade solidária, sobre as irregularidades e ilegalidades identificadas e as medidas adotadas;

**XXIII.** Emitir parecer conclusivo sobre as contas anuais prestadas pela administração;

**XXIV.** Realizar outras atividades de manutenção e aperfeiçoamento do Sistema de Controle Interno.

## **7.2 Auxílio na elaboração e revisão de Resoluções e Instruções Normativas**

Algumas rotinas internas da administração precisaram ser atualizadas, de modo que esta Unidade de Controle Interno atuou na revisão e/ou elaboração das Instruções Normativas. Neste sentido, foram revisadas as seguintes Instruções Normativas com respectivas publicações no Diário Oficial:

RESOLUÇÃO 003/2022 - “procedimento de justificações de faltas pelos vereadores nas sessões legislativas e o desconto de subsídios para o caso de faltas injustificadas”.

RESOLUÇÃO Nº 005/2022 – que “Regulamenta a aplicação da lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - lei geral de proteção de dados pessoais (LGPD), no âmbito da câmara municipal de iconha - Estado do Espírito santo.”

RESOLUÇÃO Nº 006/2022 – que “Regulamenta a lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que dispõe sobre licitações e contratos administrativos, no âmbito da câmara municipal de iconha.”



**CÂMARA MUNICIPAL DE ICONHA -ES  
PODER LEGISLATIVO**

---

RESOLUÇÃO Nº 007/2022 – que “Altera dispositivo da Instrução Normativa SRH nº 006/2016, aprovada pela Resolução nº 009/2016.”

### **7.3 Portarias**

I – Portaria nº 054/2022 dispõe sobre o encerramento do exercício financeiro de 2022 e dá outras providências.

### **7.4 Orientações Técnicas emitidas:**

Durante o ano de 2022 a Controladora da Câmara Municipal de Iconha emitiu diversas orientações técnicas afim de orientar o Administrador Público e cooperar com exercício do controle prévio e concomitante dos atos de gestão.

<b>Nº</b>	<b>Ementa</b>
01/2022	Calendário de obrigações.
02/2022	Vedações final de mandato.
03/2022	LGPD.
04/2022	Remessa julgamento das contas.
05/2022	Nova Lei de Licitações.
06/2022	Transmissão das sessões.
07/2022	Encerramento exercício financeiro.
08/2022	Horário de funcionamento dia de jogo da seleção.
09/2022	Julgamento das Contas.
10/2022	Levantamento financeiro para 2023.

### **7.5 Participação de palestra, seminários, cursos de capacitação:**

Durante o ano de 2022 a Controladora da Câmara Municipal de Iconha participou das palestras, seminários, cursos de capacitação, abaixo descritos:

- I – ENFOC 2022 POLO ANCHIETA - Cidades Contas - Aspectos Relevantes;
- II – ENFOC 2022 POLO ANCHIETA - Gestão de Tesouraria;
- III – ENFOC 2022 POLO ANCHIETA - CidadES Folha de Pagamento;



**CÂMARA MUNICIPAL DE ICONHA -ES  
PODER LEGISLATIVO**

IV – ENFOC 2022 POLO ANCHIETA - Jurisprudência do TCE-ES: Entendimentos entre 2018 a 2022;

V – ENFOC 2022 POLO ANCHIETA - Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) no Contexto do Serviço Público;

VI – ENFOC 2022 POLO ANCHIETA - Atuação do Controle Interno sobre as Demonstrações Contábeis;

VII – ENFOC 2022 POLO ANCHIETA - Governança, Gestão de Riscos e Compliance;

VIII – Prefeitura de Cachoeiro em parceria com a AMUNES – Workshop eSocial;

IX – FEST – 03 e 04/03 - Prestações de Contas Anuais a enviar ao TCEES em 2022;

X – FEST - 15 e 16.09.2022 E-Social, EFD-Reinf e DCTFWeb nos Órgãos Públicos.

## **8. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL:**

O Controle Interno da Câmara Municipal de Iconha é composto atualmente por apenas 01 (um) Controlador, função comissionada.

O Controle Interno da Câmara de Iconha compreende o plano de organização e todos os métodos e medidas adotados pela administração para salvaguardar os ativos, desenvolver a eficiência nas operações, avaliar o cumprimento dos programas, objetivos, metas e orçamentos e das políticas administrativas prescritas, verificar a exatidão e a fidelidade das informações e assegurar o cumprimento da lei.

## **9. CONSIDERAÇÕES FINAIS:**

A Controladoria exerceu efetivamente sua atividade por meio de verificações/comparações de conformidade de documentos, normas, processos, além de outras manifestações.

No que se refere à legalidade dos atos da gestão orçamentária, financeira no que diz respeito às contas do Poder Legislativo, durante o exercício de 2022, representa, adequadamente, de acordo com os demonstrativos orçamentários e demais documentos contábeis levantados.

No que se refere à legitimidade, economicidade, eficácia e demais princípios que devem nortear os atos do presidente da Câmara Municipal, e tendo como base os pontos de controle



**CÂMARA MUNICIPAL DE ICONHA -ES**  
**PODER LEGISLATIVO**

---

avaliados e apresentados neste relatório, não foram encontradas inconformidades.

Ressalvamos que nossa opinião sobre as demonstrações contábeis se restringem a composição das presentes, não se constituindo em juízo de valor quanto à adequação dos registros contábeis, em face da ausência de habilitação profissional técnica da Controladora que subscreve o parecer.

Ante ao exposto, até a presente data, em nossa opinião, com base no exercício da atividade, a referida prestação de contas encontra-se **REGULAR**.

Iconha/ES, 28 de março de 2022.

Letícia Dias Justi  
**Controladora Interna**  
(Assinado digitalmente)